

A NOSSA GRAMÁTICA: ALGUMAS REFLEXÕES TEÓRICAS ACERCA DA CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE GRAMATICAL BRASILEIRA

Maurício Silva*

() a nossa gramática não pode ser inteiramente a mesma dos portugueses. As diferenciações regionais reclamam estilo e método diversos (João Ribeiro, A Língua Nacional, 1921)

RESUMO

O presente artigo procura analisar as diversas possibilidades de conceituar a gramática, refletindo acerca das variantes de sentido que esse conceito pode acarretar. Além disso, procura analisar alguns aspectos metodológicos provenientes da Historiografia Linguística, particularmente voltados para a análise da gramaticografia brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Gramática. Língua Portuguesa. Historiografia Linguística.

ABSTRACT

The present article analyzes the concepts of grammar, and point out some aspects of the grammatical practice, in its writing perspective. Furthermore, it analyzes some methodological aspects of the Linguistic Historiography.

KEYWORDS: Grammar. Portuguese. Linguistic Historiography.

* Professor e coordenador da Pós-Graduação da Universidade Nove de Julho, UNINOVE, São Paulo, SP, Brasil. E-mail: maurisil@gmail.com

INTRODUÇÃO

Historicamente, a gramática conheceu uma gama bastante variada de definições: confundindo-se, a princípio, com a lógica, dela se desvinculou num esforço independentista de marcar território no campo dos conhecimentos humanos, para, em seguida, adquirir estatuto de “ciência” autônoma, passando então a englobar as três vertentes fundamentais da lingüística estruturalista: a fonético-fonológica, a morfossintática e a semântica. Conceitualmente, contudo, a gramática pode ser definida tanto como uma ciência que estuda o sistema de uma língua quanto um sistema de organização de palavras em unidades frásicas e oracionais. (AUROUX, 1990; CARRETER, 1974; TRASK, 1993) Tal descrição padece, no entanto, dos limites da própria funcionalidade da gramática, já que, do ponto de vista pragmático, a gramática adquire sentidos, muitas vezes, diversos daqueles aqui expostos, podendo-se então se falar em gramática histórica, gramática comparativa, gramática geral, gramática descritiva, gramática normativa e outras

Evidentemente, na prática, os estudos gramaticais podem apresentar divergências de concepção e fatura, intersecções profundas e contatos superficiais, variações que, no limite, inviabilizaria qualquer tentativa de definição mais rigorosa da gramática. De qualquer maneira, parece ponto pacífico entre os pesquisadores do assunto que toda gramática apresenta, por um lado, certo grau de descrição da língua e, por outro, certos modos exemplares de atualização linguística (cf. NEVES, 2002).

Especificamente no que compete à gramaticografia portuguesa, assistimos, com o avanço das teorias lingüísticas ao longo do século XX, a uma nova etapa de sua história, em que o ideário lingüístico evolucionista é substituído por diretrizes estruturalistas que passam a servir de fundamento científico à criação de novas gramáticas do português. Neste sentido, a inauguração do novo século marca também a eclosão da gramaticografia da língua portuguesa, estabelecendo novos protocolos de normatização e de uso desse idioma e fazendo com que a gramática apresente um discurso que não está isento de questionamentos acerca da construção de uma identidade, que tanto pode ser a identidade de seu usuário ou de seu autor, quanto a de sua própria tessitura discursiva, tornando a gramática não mais apenas um

instrumento linguístico destituído de sentido sociocultural e político, mas, numa visada mais larga, representação polissêmica de uma dada cultura e, por extensão, um inequívoco instrumento identitário.

De modo geral, os estudos linguísticos podem-se dividir entre uma concepção da linguagem como a) sistema, isto é, um esquema lógico; b) norma, a organização do sistema; c) e fala, a concretização do sistema (COSERIU, 1979). A gramática atua diretamente sobre a norma, concorrendo para a sistematização da norma culta ou padrão ou para a descrição de uma dada norma. Esse fato, contudo, não nos isenta de pensarmos nas possibilidades de relacionamento entre gramática e identidade, que, na gramaticografia portuguesa, provém pelo menos desde meados do século XVI, como se percebe, por exemplo, nas gramáticas de Fernão de Oliveira (*Grammatica da Lingoagem Portuguesa*, 1536) e de João de Barros (*Grammatica da Lingua Portuguesa*, 1540), em que se podem entrever opiniões que se articulam direta ou indiretamente com a questão da formação de uma identidade nacional, a partir, sobretudo, da valorização da língua portuguesa (MARIANI, 2004; CASAGRANDE, 2005; LEITE, 2007).

A instauração de uma identidade, em termos de estudos linguísticos, se dá por meio de manifestações linguístico-culturais que passam por várias instâncias legitimadoras próprias de uma determinada nação e, conseqüentemente, de um determinado idioma, como a literatura nacional, a imprensa, os processos de escolarização etc. Uma das manifestações menos estudadas na sua inter-relação com a questão identitária, contudo, é aquela que se refere às gramáticas e, no nosso caso específico, às gramáticas da língua portuguesa, abordagem que necessariamente se reporta aos estudos metalinguísticos. Embora a questão da identidade possa ser analisada no estudo do outros componentes do âmbito metalinguístico – como o dicionário, instrumental metalinguístico por excelência (NUNES, 2006; COELHO, 2003) – é no estudo da gramática que, acreditamos, as contradições que marcam a identidade lusitana – e, em particular, a brasileira – afloram de modo mais saliente, deixando entrever os inúmeros caminhos, mas também as várias lacunas, que semelhante abordagem pressupõe.

O percurso histórico e ideológico da gramática da língua portuguesa no Brasil ainda está por se escrever. Se a língua, num sentido lato, assinala de forma irredutível a identidade de uma determinada nação, a gramática exerce papel similar, num sentido estrito. E como

instrumento linguístico que é, ela vai além: ao registrar o modus operandi de determinado idioma, passa a representar, dialeticamente, as contradições de seus falantes, em que tudo se resolve na síntese de uma determinada ideologia linguística. A relação entre gramática e identidade é, por isso mesmo, complexa, devido sobretudo à multiplicidade de perspectivas pelas quais ela pode ser analisada e à diversidade de questionamentos que a simples aproximação destes dois conceitos acarreta ao pesquisador do assunto. Assim sendo, há que se objetar, em primeiro lugar, acerca da existência de uma identidade gramatical brasileira, já que a gramática – como instrumento linguístico de repercussão social e política – reproduz, na constituição de um modelo de língua padrão, as distorções e os contrastes presentes na própria sociedade (questão da gramática brasileira). Mas há também que se pensar, em segundo lugar, na real possibilidade de o discurso gramatical forjar – por meio da representação das regras e normas, da legitimação da fala e da escrita, da consolidação dos enunciados científicos e literários – uma identidade nacional tanto linguística quanto supra-linguística (questão da língua brasileira).

GRAMÁTICA, IDENTIDADE E SOCIEDADE

Embora falte ainda uma metodologia adequada à análise da produção gramaticográfica no Brasil, quando esta for formulada, certamente deverá partir da compreensão da gramática como um complexo sistema sociocultural que, sem se restringir ao texto e ao seu autor, deverá levar em consideração desde as instâncias legitimadoras do texto até o papel do leitor, passando ainda pelos meios de produção, pelas categorias ideológicas em que o texto se inscreve e pelas teorias linguísticas que conformam uma ampla rede de relações socioculturais e políticas, sem as quais o conceito de gramática revela-se pouco operacional. Diante dessa tarefa, duas teses precisam ser discutidas, a fim de que se alcance resultados positivos na resolução da equação entre gramática e identidade.

A primeira, relacionada à ideia de inserção social da gramática, sugere a necessidade de se definir o alcance social do “modelo” linguístico nacional e seus modos de recepção pelos utentes da língua, nos mais diversos extratos sociais. Assim, no que tange aos estudos

gramaticográficos, há que se discutir a inserção social da gramática sob três aspectos: o autoral, isto é, o lugar social ocupado pelo gramático na sociedade letrada (questão institucional); o discursivo, que leva em conta o imaginário criado pela escrita gramatical como reprodução de contrastes sociais (questão ideológica); e o receptivo, ou seja, a recepção do texto gramatical pelo leitor e outras instâncias de legitimação, como modos de reconhecimento da gramática (questão legitimadora).

Com efeito, pensando um pouco nessas questões, pode-se, por exemplo, discutir o fato de a relação da gramática com a identidade revelar-se, no limite, ambígua, na medida em que, se por um lado, fomenta processos identitários no usuário do idioma – em razão de ele se identificar com normas, regras e usos nela expostos –, por outro lado, pode despertar no falante um sentimento de rejeição social diante do grupo idiomático ao qual pertence, no qual não se vê representado. Isso se dá pelo fato de que, como instrumento linguístico particularmente ligado à sociedade na qual se insere, a gramática não apenas atualiza os modos de expressão de uma determinada comunidade de falantes, a partir da eleição de uma norma que passa a ser considerada padrão, mas também os ritualiza, na medida em que registra as relações linguístico-sociais estabelecidas entre os utentes do idioma, inclusive definindo para essas relações padrões implícitos de sociabilidade linguística, os quais são, em geral, tomados como sugestivos – porque simbólicos – códigos de comportamento linguístico.

Assim, vista como um instrumento linguístico mais apropriado à representação de sentidos simbólicos do que à apresentação de normas e regras idiomáticas, a gramática corporifica – no texto metalinguístico que a conforma – o valor alegórico da palavra, alterando o tons quase divino que lhe é inerente por um feitio mais mundano, em que o Deos dixit é substituído pelo magister dixit. Nesse sentido, como sugerimos acima, mais do que atualizar normas e regras do idioma, por meio da materialidade da linguagem, a gramática ritualiza a interação comunicativa, fato que interfere de modo acentuado nas relações de sociabilidade, as quais sofrem, por sua vez, um processo simbólico de ritualização.

Por esses e outros motivos, as gramáticas não devem ser concebidas apenas como um conjunto sistemático de códigos linguísticos, já que se afirmam sobretudo como um conjunto de códigos culturais

responsáveis pela constituição de uma determinada identidade, na medida em que mobilizam uma série de valores ideológicos e potencializam seu significado dentro de um dado sistema. Desse modo, as gramáticas deixam de ser vistas como meros repositórios de normas e regras do bem falar (*ars recte loquendi*) para se tornarem um ícone cultural distinto, capaz de conferir legitimidade social tanto ao leitor quanto ao seu autor. A segunda tese a ser discutida, relacionada à concepção dos estudos gramaticográficos como estudos das representações, sugere a necessidade de a análise historiográfica da gramática dever preocupar-se não com a língua propriamente dita (aqui entendida como fato lingüístico), mas com: a) as reflexões que determinado fato suscita; e b) as representações socioculturais que emanam dessas reflexões. Na primeira instância (a da reflexão), tem-se um trabalho metalingüístico; na segunda (a da representação), uma prática meta-histórica. A questão da identidade coloca-se precisamente – mas não exclusivamente – nessa segunda instância, já que ela se situa principalmente no âmbito da simbolização lingüística, tornando-se, ela própria, uma representação em si.

Por isso, nos estudos historiográficos da gramática, o contexto é, muitas vezes, confundido com as representações socioculturais da gramática. Na verdade, o contexto faz parte, antes, do período de formação da gramática a ser estudada, sendo que as representações socioculturais fazem parte de seus desdobramentos, sem que, por isso, se configurem apenas em desdobramentos da gramática: há também representações que estão na origem da gramática ou atuando como mediador no percurso constitutivo da gramática, percurso que pode ir, por assim dizer, de uma gramática inata – ligada ao uso – até uma gramática empírica – ligada à norma. No meio desse trajeto, encontram-se as representações socioculturais, isto é, um conjunto de fatos sociais e culturais relevantes para uma determinada comunidade de falantes (por exemplo, os literatos, autoridades tidas como modelares no emprego do idioma), responsáveis pela legitimação de uma norma lingüística tomada pela gramática empírica como padrão.

Finalmente, se, como sugerem vários estudiosos do assunto, a gramática é um espaço privilegiado de constituição de um saber lingüístico, faz-se então necessário realizar, como ponto de partida dos estudos de Historiografia Lingüística voltados para a gramaticografia, um mapeamento desse espaço, com vista ao estabelecimento de uma espécie de cartografia gramatical. Evidentemente, trata-se de um trabalho que

não prescinde de uma abordagem do texto gramatical, mas que deve ir além, primeiro, de suas imanências formais (normas) e, segundo, de seus condicionantes práticos, com os quais as gramáticas estabelecem relação contínua de tensão (usos), incorporando de modo absoluto seus desdobramentos socioculturais (representações), que vem a ser a face mais oculta da gramática.

Nesse contexto, considerando a contribuição dos estudos gramaticográficos para a Linguística Pós-Estruturalista, poder-se-ia até mesmo pensar a famosa concepção coseriana da linguagem verbal, assentada na tríade sistema, norma e fala, (COSERIU, 1979; COSERIU, 1980) como uma rede mais complexa de relações simbólicas que resultassem num conjunto agora formado por sistema, norma, fala e... representações.

GRAMÁTICA E IDENTIDADE: A QUESTÃO DA GRAMÁTICA BRASILEIRA

A identidade – qualquer que seja ela – não nasce no vazio, mas é o resultado de uma ideologia que a sustenta teoricamente e lhe confere as condições necessárias à sua realização prática. Nesse sentido, a identidade gramatical de uma nação não prescinde de uma ideologia gramatical correspondente, que se forja, a um só tempo, a partir de um conjunto de teorias linguísticas, no âmbito teórico, e a partir de políticas linguísticas concretas, no domínio prático. Um exemplo pode ser colhido ao se pensar na identidade gramatical do português brasileiro no século XIX, o qual, grosso modo, assenta-se nas teorias linguísticas de fundo histórico-comparatista e afirma-se a partir de políticas linguísticas de nomeação, valorização e regulação da língua portuguesa empregada no Brasil em oposição com o registro gramatical lusitano.

Mas não se deve esquecer, na equação que busca elaborar uma identidade gramatical própria de um país, o papel desempenhado pelo leitor. Assim, considerando que a identidade linguística é quase sempre uma construção coletiva e edifica-se na relação com o outro, inscrevendo-se mais na memória do que na história, (IAPECHINO, 2004) torna-se relevante a participação do leitor/usuário da gramática nesse processo identitário. Com efeito, um trabalho fundamentado no conceito de identidade não deve dispensar os aspectos relacionados à recepção do instrumentos/discurso linguísticos que legitimam essa identidade, seja

ela gramatical ou não.

Como dissemos, a escrita de uma gramática se inscreve, concretamente falando, na dinâmica de uma política linguística, (ORLANDI, 2000) cujo resultado mais imediato talvez seja a formação de um imaginário linguístico (daí podermos falar tanto em memória autoral quanto em memória leitoral), em que a norma atua como elemento estabilizador do discurso, sugerindo assim o estabelecimento de uma identidade linguística homogênea. Mas como lidar, nesse contexto, com uma homogeneidade identitária, se o próprio conceito de identidade pressupõe uma heterogeneidade essencial? É certo que a gramática busca representar uma identidade linguística baseando-se na noção – hoje parcialmente deslocada e contestada – de unidade, isto é, a partir da constituição da sociedade brasileira procura-se forjar um pretense discurso nacional. Ocorre que, nessa tarefa, tem de se lutar contra um fato inegável e, até certo ponto, imprevisível: o fato de a estabilidade identitária ser, atualmente, uma falácia, já que a fragmentação do ser e do mundo pós-moderno impõe-se inalienavelmente, pressupondo, como concebe Stuart Hall, a idéia de um hibridismo identitário (HALL, 2003; HALL, 2000).

Tudo isso torna a discussão acerca da constituição de uma identidade gramatical brasileira algo extremamente complexo, e a afirmação tácita de sua existência uma tese, em princípio, particularmente temerária. Assim sendo – e, ainda por cima, considerando que, contemporaneamente, o conceito de identidade é explicitamente tomado como uma construção discursiva, portanto, flexível e mutável –, não se pode falar, a rigor, de uma identidade gramatical brasileira, sendo mais adequado sugerir o princípio da coexistência de identidades gramaticais, as quais se digladiam entre si pela obtenção da hegemonia no campo linguístico nacional. Como demonstram as infundáveis querelas linguísticas, as lutas sempre foram acirradas, e o vencedor desfrutava da legitimidade cultural e social que a figura de um gramático consagrado lhe conferia.

Acresce-se a isso o fato de que a gramática, via de regra, apóia-se no estabelecimento de regras de conduta linguística, intermediando uma complexa relação político-social, na medida em que tais regras nascem de usos da língua avalizados pelos “clássicos” da literatura (portanto uma língua artificialmente criada com intenção específica) e acabam servindo como forma de controle da sociedade, por meio da dicotomia

inclusão/exclusão social.

No Brasil, o processo de gramatização da Língua Portuguesa inicia-se com o reconhecimento e a afirmação do registro idiomático aqui empregado, fato que se circunscreve num complexo de fenômenos responsáveis pelo que, genericamente, se pode chamar de formação da identidade linguística nacional, como a publicação do dicionário e da gramática de Antonio Moraes e Silva (1802), os fatos lexicais apontados pioneiramente pelo Conde da Pedra Branca (1826), o projeto de lei que obrigava a utilização da gramática da língua nacional no Brasil (1827), a publicação da Gramática Portuguesa de Júlio Ribeiro (1881), a publicação do Pequeno Vocabulário Ortográfico (1943), a instituição da Nomenclatura Gramatical Brasileira (1959) etc. Busca-se assim, cada vez mais, uma uniformização gramatical que se assenta – como sugere Eni Orlandi – ora na posição autoral assumida pelo gramático brasileiro, ora em regras oficiais estabelecidas por documentos normativos, como a própria NGB, tudo isso aliado ao projeto de constituição de uma identidade nacional (ORLANDI, 2002).

No caso do Brasil, a relação entre identidade e constituição de uma gramaticografia nacional passa ainda, necessariamente, por uma dupla consideração do contato entre o português brasileiro e o europeu: por um lado, valoriza-se a constituição de uma identidade linguística pela aproximação/semelhança entre os dois registros geograficamente definidos: nesse caso, a identidade linguística nacional estaria tanto mais consolidada, quanto mais próximo for o nosso falar e o nosso escrever do registro lusitano, o qual é tomado como modelar e normativo, condenando-se, conseqüentemente, os chamados brasileirismos; por outro lado, nossa identidade linguística seria caudatária das diferenças entre os registros citados: nesse caso, quanto mais singularizado for o nosso registro, mais nossa identidade estaria garantida, legitimada exatamente pela ocorrência dos mesmos brasileirismos condenados pelo enfoque oposto. Assim, acatar ou rejeitar os fatos linguísticos que singularizam o falar e o escrever brasileiros passa a ser, nas gramáticas nacionais, a pedra de toque do discurso metalinguístico no Brasil, por meio do qual os gramáticos se definem dentro do espectro ideológico da gramaticografia nacional.

Contudo, não é apenas, nem principalmente, em relação aos registros idiomáticos que o problema da identidade se resolve na história de nossa gramaticografia, mas principalmente na assunção do papel

de sujeito do discurso pelo gramático. Com efeito, ao se definir como sujeito do discurso gramaticográfico, o autor de gramática apropria-se dos instrumentos simbólicos de legitimação social, mais precisamente por meio da apropriação de conceitos que possuem grande apelo entre os falantes de um determinado idioma: a norma gramatical e o padrão linguístico. O gramático torna-se, assim, o detentor absoluto de um saber metalinguístico que se institucionaliza ao institucionalizar determinado registro idiomático e, conseqüentemente, adquire o estatuto de um sujeito discursivo hegemônico, ainda que se trate de uma hegemonia artificialmente construída, já que apoiada numa perspectiva prescritiva da linguagem. Desse modo, o autor de gramáticas irá lançar mão de estratégias discursivas e institucionais, a fim de conferir à sua obra maior carga identitária, isto é, para torná-la mais representativa de um imaginário capaz de forjar uma identidade linguística.

CONCLUSÃO

Peter Burke, em seu *A Arte da Conversação*, afirmando ser a língua “uma das manifestações mais importantes de identidade coletiva” (BURKE, 1995, p. 94), lembra que, na Europa do final da Idade Média e início da Era Moderna, as identidades regionais, étnicas, civis e religiosas rivalizavam com a identidade nacional, contexto no qual a língua adquiria incontornável importância na construção dessas múltiplas identidades.

Não se pode negar, diante do que aqui ficou dito e da evidência da importância que a gramática adquiriu no mundo moderno, (AUROUX, 1992) que a gramática, seja como instrumento linguístico, seja como representação simbólica, carrega consigo um imponderável lastro identitário. Por isso mesmo, a gramática não é apenas o produto final de um empenho ordenador e institucionalizador dos fatos da linguagem escrita ou falada; ela é, na verdade, o registro de um sistema linguístico mais complexo, na medida em que pressupõe uma ideologia linguística, um modelo normativo e uma base referencial, instaurando um modus comunicativo. Como sistema, portanto, a gramática possui uma espécie ética (moral) – registrada pelos gramáticos e conferida pelos usuários; e um conjunto de normas (leis) – conferidas pelos usuários e registrada

pelos gramáticos.

A gramática, nessa acepção, é mais do que um conjunto de normas e regras metalinguisticamente prescritas e institucionalizadas por um autor e pragmaticamente empregas pelos usuários do idioma; ela é, ao contrário, o espaço privilegiado de emulação ideológica, no qual se inscreve uma das muitas marcas identitárias de uma nação.

REFERÊNCIAS

AUROUX, S. "De la 'technê' au calcul: la question de la scientificité de la grammaire". In: NIEDEREHE, H.-J.; KOERNER, K. *History and historiography of linguistics: studies in the history of the language sciences*. Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins, vol. 51: 3-17, 1990.

_____. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas, Unicamp, 1992.

BURKE, P. *A arte da conversação*. São Paulo, Unesp, 1995.

CARRETER, F. L. *Diccionario de términos filológicos*. Madrid, Gredos, 1974.

CASAGRANDE, N. dos S. *A implantação da língua portuguesa no Brasil do século XVI: um panorama historiográfico*. São Paulo, EDUC, 2005.

COELHO, O. F. *A angustada lexicográfica luso-bundo-americana: língua e identidade Nacional na Segunda Metade do Século XIX*. São Paulo, FFLCH-USP, 2003 (Tese de Doutorado).

COSERIU, E. *Teoria da linguagem e linguística geral*. Rio de Janeiro/São Paulo, Presença/Edusp, 1979.

_____. *Lições de linguística geral*. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1980.

HALL, S. "Quem precisa da identidade?". In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, Vozes, 2000, p. 103-133.

_____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

IAPECHINO, M. N. K. *Português no Brasil: história, memória e autoria*. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica, 2004 (Tese de Doutorado).

LEITE, M. Q. *O nascimento da gramática: uso & norma*. São Paulo, Paulistana/Humanitas, 2007.

MARIANI, B. *Colonização linguística: língua, política e religião no Brasil (Séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (Século XVIII)*. Campinas, Pontes, 2004.

NEVES, M. H. de M. *A Gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo, Unesp, 2002.

NUNES, J. H. *Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX*. Campinas, Pontes, 2006.

ORLANDI, E. P. "Metalinguagem e gramatização no Brasil: gramática-filologia-linguística". *Revista Anpoll*, São Paulo, No. 08, Jan./Jun. 2000, p. 29-39.

_____. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das idéias no Brasil*. São Paulo, Cortez, 2002.

TRASK, R. L. *A dictionary of grammatical terms in linguistics*. Londo/ New York, Routledge, 1993.